

5 Conclusão

Buscamos acompanhar Domingos José Gonçalves de Magalhães a partir de sua obra. Isto significa que procuramos, o quanto possível, nos manter afastados das classificações dos estudos anteriores. Ocorre que o autor fluminense tem sido analisado mais a partir do que é extrínseco aos seus escritos, do que o oposto. Magalhães tem sido visto como o próprio movimento de construção do Estado-Nação brasileiro oitocentista. Isto é, diplomata e poeta fundamental à consolidação de pontes e imagens que ligassem os *três mundos* a partir da ordem pretendida pelos Conservadores. Filósofo tido como eclético, atuaria, assim como teria feito Victor Cousin na França de 1830, buscando **conciliar** os diferentes interesses das elites envolvidas no projeto de formação do Estado-Nação supracitado.

O presente estudo chegou a algumas conclusões distintas de análises anteriores. Isto se deu apenas porque resolvemos inverter a ordem das premissas que vêm constituindo a metodologia basilar à construção de certa história das idéias. Optamos, em primeiro lugar, por ir diretamente à fala do autor estudado, algo que, por si só, representou grande dificuldade. Gonçalves de Magalhães possui uma obra relativamente grande, de difícil acesso, assim como densa e fugidia, dado ao que hoje chamamos de interdisciplinaridade. Depois de um contato mais contundente com os escritos do autor em questão, nos interessamos por estudar algumas das influências intelectuais que o puseram em movimento. Aqui, encontramos outros empecilhos significativos. Magalhães faz referências a filósofos, poetas e cientistas naturais, os mais variados, o que nos levou a estudo apenas modesto daqueles com os quais o autor fluminense teria dialogado. E, por fim, não menos importante, auscultamos o lugar de onde e para onde a voz de Magalhães se dirigia. Algo que podemos chamar de um estudo sociológico da presença do autor. Esse exercício, não diferente, nos tomou tempo considerável e, mesmo incompleto, revelou importantes chaves de inteligibilidade.

Se parte dos estudos que envolviam a figura de Gonçalves de Magalhães optou por compreendê-lo a partir do lugar a que pertencia, a saber, o *mundo do governo* do Estado imperial oitocentista em construção, o que acabou por reduzir o tempo de leitura de sua significativa obra, nos arriscamos a fazer o oposto. Reparamos que as bibliografias dos

trabalhos que envolviam o autor em questão contavam com apenas alguns títulos, quase sempre os mesmos, melhor dizendo, remetiam-se àquilo que é, desde sempre, considerado cânone. Na área da história e da literatura, os textos que mais aparecem são: o *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*, *Filosofia da Religião* e, algumas vezes, os *Opúsculos históricos e literários*, tomo VIII das Obras Completas. Nas análises filosóficas os *Opúsculos* somem, o *Ensaio* é muito pouco utilizado, e ganham relevo, principalmente, a *Filosofia da Religião* e os *Fatos do Espírito Humano*.

Bem, não desejo afirmar que os estudiosos em questão desconhecêssem o conjunto da obra de Magalhães. Todavia, na medida em que progredia na leitura das obras do autor em questão, mais bem visualizava lógicas e nexos que se perpetuavam durante os seus quase 50 anos de atividade intelectual. O poeta, o historiador, o filósofo, o político e o diplomata, todos eles se amoldavam a algumas certezas e a um mesmo objetivo. E aliás, lembro que em virtude da coerência apontada, vale o exercício de iluminar idéias e noções dos primeiros textos a partir dos escritos mais tardios.

A atuação de Gonçalves de Magalhães quer no mundo das letras, quer no *mundo do governo* objetivou disseminar pedagogicamente certa forma de perceber o mundo e de atuar nele. Magalhães relacionava-se com Deus, com a Pátria e consigo mesmo a partir de duas certezas basilares: 1. a necessidade do emprego da razão, do afastamento daquilo que se apresentava enquanto puro fenômeno, pois nebuloso e desnorteante; e 2. por outro lado, a consciência de que sempre ao se pensar e/ou atuar, faz-se desde um lugar, inserido em necessidades físicas e sociais insuperáveis em última instância. Enfim, o autor fluminense percorria todas as formas a ele possíveis para exclamar a vida enquanto lugar de produção de conhecimento, de noções e de lógicas que apenas se faziam a partir de um olhar incompleto. Pretendia organizar um mundo no qual as liberdades de pensamento e de crítica fossem respeitadas, contanto que calcadas na razão e na temperança. Um *mundo do governo* atento, cuidadoso e dialogal. Um Estado-Nação forte, pois habitado por entes morais, homens fortes, conscientes da necessidade de se privar, por vezes, do puro desejo e de ouvir e aprender com o outro, de construir acordos “apenas” problemáticos.

Com esse espírito, Magalhães escrevia os *Suspiros Poéticos* (1836) e seus dois artigos na Revista Niterói (1836) – o *Discurso Sobre a literatura do Brasil* e a *Filosofia da Religião*. Elaborava, também, a *Memória Histórica e Documentada da Revolução da*

Província do Maranhão desde 1839 até 1840, os *Fatos do Espírito Humano* (1858) e *Os indígenas do Brasil perante a história* (1860). Produzia todos os outros textos que, um pouco mais ou um pouco menos, utilizamos no presente trabalho.

O poeta, o filósofo, o historiador, o político, enfim, todos os homens que quisessem reduzir o prestígio da irracionalidade, do ser puro animal sobre seus espíritos, deviam estar atentos aos movimentos do mundo, pois apenas assim seriam capazes de dar conta do plural desde a própria incompletude; de aceitar positivamente a finitude. Eles se faziam iluminados, porém humanos. Se todos deveriam lançar mão daquilo que possuíam de diferencial – a razão –, não deixavam, todavia, de ser entes em meio ao movimento do tempo e do espaço, apenas capazes de respostas provisórias advindas do diálogo responsável.

Gonçalves de Magalhães percebia que muitos poetas se davam às puras fantasmagorias, alijando-se do mundo e permitindo, com tal desistência, que forças arbitrarias tomassem cada vez mais espaço. Os filósofos, os historiadores e os cientistas naturais, não distantes desse quadro, propunham certezas não demonstráveis, hipóteses que se transformavam, sem o menor critério, em certezas insofismáveis. Criam no sistemático movimento do mundo e na capacidade que tinham de observar e apreender o dito real. Pretendiam uma empiria que se fazia, sem que o percebessem claramente, muitas das vezes, a partir de um universo epistemológico e moral totalizante, prévio.

Os elementos do *mundo do governo*, segundo o autor em questão, localizavam-se no mesmo território. Acreditavam ser capazes de apresentar aquilo que era o verdadeiro e o bem para toda a sociedade, para os *três mundos*. Observavam as cores locais, entendiam o que deveria ser feito. Estavam erigindo um Estado-Nação que camuflava de universal interesses particulares muito bem definidos. O resultado? Afirmava Magalhães que as insatisfações e as rebeliões advindas tanto da plebe quanto da *boa sociedade* nunca cessariam. Seriam respostas exatamente proporcionais ao afastamento do Estado em relação às “irreconciliáveis diferenças de classes”.

Tivemos a oportunidade de ver a crítica contundente de Magalhães à *boa sociedade*, especialmente ao *mundo do governo*. Eram todos, dos mais afastados aos mais próximos, corrompidos pelo espírito da escravidão. Não abriam mão de seus privilégios, muito pelo

contrário, tratavam de reproduzi-los; faziam questão de nunca saírem de seus lugares. Desde suas *Casas* no Rio de Janeiro, então a capital do Império, moviam-se estáticos.

Enfim, eram todos, independentemente de onde estivessem ou a que *mundo* pertencessem, incapazes de entrever força maior do que as suas, objetivos mais importantes do que os apenas seus. Não refletiam, pois eram comandados pelos desejos mais abjetos, verdadeiros animais. Eram incapazes de ouvir o outro, pois acreditavam na perfeição de suas conclusões e atos. Entes que praticavam as maiores arbitrariedades, pois criam estar prestando verdadeiro serviço à humanidade. Civilizavam os bárbaros e selvagens, homens fracos e Estado forte, quando deveria ser diferente, ambos fortes. Crenças e atitudes que ainda estão em/entre nós, pois:

Falamos dos Saquaremas; os Saquaremas nos fazem falar de nós, de tal modo que os limites daquele tempo (...) não podem deixar de explodir, ampliando-se desmesuradamente e chegando até nós. Sentimos, e podemos avaliar, a presença dos monopólios; a permanência da massa de colonizados, como fantasmas dos “três mundos” que há muito desapareceram; a cidadania restringida e em muitos casos inexistente; a presença avassaladora do Estado, fora do qual qualquer partido parece inconcebível; o monopólio do discurso do professor na sala de aula; os Saquaremas que estão em nós.

Ilmar Rohloff de Mattos